



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Parecer nº 21/2025 da CCJR sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2025, de autoria do vereador Cleiton Mineiro, que dispõe sobre a concessão de título honorífico de Cidadão Pariquerense ao Senhor Osmar Mariano Alves.

I – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

1. O projeto em epígrafe, de autoria do vereador Cleiton Mineiro, dispõe sobre a concessão de título honorífico de Cidadão Pariquerense ao Senhor Osmar Mariano Alves.
2. A justificativa da propositura apresenta o seguinte:

“Apresento ao Plenário da Câmara Municipal de Pariquera-Açu o presente Projeto de Decreto Legislativo, que tem por objetivo a concessão do Título Honorífico de Cidadão Pariquerense ao Senhor Osmar Mariano Alves, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à nossa comunidade. Desde 1985, Osmar tem servido com zelo à Prefeitura de Pariquera-Açu, ocupando diferentes cargos e exercendo com maestria todas as funções que lhe foram confiadas. Atualmente, desempenha a função de zelador e coveiro, atuando com respeito e comprometimento, sendo um exemplo de serviço público e humanidade. Por sua trajetória de vida exemplar, marcada por trabalho, dedicação à família e compromisso com o bem-estar da sociedade, o Senhor Osmar Mariano Alves é mais do que merecedor desta honraria. Seu nome já está gravado no coração dos cidadãos de Pariquera-Açu e agora deve ser eternizado como Cidadão Pariquerense, para que sua história continue a inspirar futuras gerações. Assim, requeremos, após discutido e aprovado por esta Casa Legislativa, a concessão do Título Honorífico de Cidadão Pariquerense, a ser entregue em Sessão Solene, como justo reconhecimento a uma vida dedicada ao bem comum.”



3. A proposta veio acompanhada da biografia do homenageado, atendendo ao requisito essencial previsto no art. 306 do Regimento Interno.
4. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

5. Compete a esta Comissão Permanente pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa de matérias submetidas à sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno:

"Art. 46 É da competência específica: I – da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições que tramitarem pela Câmara, excetuando-se a proposta orçamentária, o plano plurianual de investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os pareceres do Tribunal de Contas do Estado."

6. A iniciativa parlamentar e os requisitos previstos nos arts. 305 e seguintes do Regimento Interno foram devidamente observados.
7. No que tange à técnica legislativa, o projeto segue os parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.
8. No aspecto financeiro-orçamentário, as eventuais despesas decorrentes da homenagem serão suportadas por dotações previstas no orçamento vigente da Câmara Municipal.
9. Assim, a proposição está em conformidade com as normas legais, regimentais e orçamentárias, sendo viável seu regular prosseguimento.
10. No mérito, cabe destacar que o título honorífico objetiva reconhecer personalidades que contribuíram de forma notável para o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade local.




11. O homenageado, Senhor Osmar Mariano Alves, tem uma trajetória pública exemplar, com mais de quatro décadas de serviços prestados ao Município, exercendo suas funções com zelo, humildade e dedicação, o que o torna plenamente digno da honraria.
12. Por fim, nos termos do art. 305 do Regimento Interno e do art. 3º da Lei Municipal nº 804/2022, para a aprovação do presente projeto será necessária a votação favorável de 2/3 dos membros da Câmara (seis votos), em turno único de deliberação.

III – CONCLUSÃO

13. Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e boa técnica legislativa, razão pela qual somos FAVORÁVEIS à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2025 e encaminhamos a matéria para deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2025.


VER. LUCAS DENDEVITZ
Relator da CCJR


VER. ENFERMEIRA TALITA
Presidente da CCJR


VER. RODRIGO MENDES
Membro da CCJR